

# Sumário

---

APRESENTAÇÃO .....	19
--------------------	----

## PARTE I FUNDAMENTOS

<b>1. TÉCNICAS DECISÓRIAS, DELIBERAÇÃO E FATOS CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>25</b>
LUIZ GUILHERME MARINONI	
1. Primeiras observações .....	25
2. Diálogo institucional com base nos Fatos Constitucionais.....	27
3. A troca de razões entre a Corte e o Legislativo .....	29
4. Não decidir para todos. A Má influência dos precedentes obrigatórios sobre a deliberação popular e legislativa .....	31
5. Não aprofundar a teorização de Direito Fundamental (minimalismo; <i>second look</i> ; decisão provisória). Ainda a modulação da eficácia vinculante .....	33
6. Decidir com base na proporcionalidade.....	37
7. Decisão com reserva da cognição da mutação dos fatos científicos.....	38
8. Outros modos de favorecer o diálogo institucional .....	40
8.1. Dialogar para decidir e dialogar para instituir o direito.....	40
8.2. Suspensão do processo com anúncio de retomada .....	41
8.3. Decisão de Inconstitucionalidade (com adição normativa) Diferida ....	43
9. Referências bibliográficas.....	45
<b>2. TIPOLOGIA DOS FATOS CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>47</b>
RENATO GUGLIANO HERANI	
1. Introdução.....	48
2. Compreensão do fato constitucional.....	49
2.1. Conceito .....	49
2.2. Categoria jurídica .....	50
3. Fatos constitucionais normativos .....	52
4. Fatos constitucionais da normatividade.....	54
5. Tipologia dos fatos constitucionais da normatividade .....	59

5.1.	Classificação quanto à generalidade .....	59
5.2.	Classificação quanto à funcionalidade .....	62
5.3.	Classificação quanto à substancialidade.....	64
5.4.	Classificação quanto à temporalidade normativa .....	67
6.	Teoria pragmática dos fatos constitucionais .....	68
7.	Conclusão .....	69
8.	Referências bibliográficas .....	70
<b>3.</b>	<b>JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, FATOS, <i>EXPERTISE</i> NÃO JURÍDICA E HUMILDADE .....</b>	<b>73</b>
	ANA PAULA DE BARCELLOS	
1.	Introdução .....	74
2.	Jurisdição constitucional e conhecimentos não jurídicos: um problema que requer atenção .....	78
2.1.	Jurisdição constitucional e conhecimentos não jurídicos .....	78
2.2.	Por que os tribunais não têm consciência de que estão ultrapassando seus limites epistêmicos? .....	84
2.3.	Por que é problemático? .....	87
3.	Interdisciplinaridade e Consciência dos Limites Epistêmicos: humildade intelectual.....	88
3.1.	Humildade e direito: uma breve revisão.....	88
3.2.	Humildade intelectual e jurisdição constitucional .....	92
3.3.	Uma nota sobre a deferência judicial e suas limitações.....	93
4.	Conclusão .....	94
5.	Referências bibliográficas.....	95
<b>4.</b>	<b>FATOS, DESACORDOS E OBJETIVIDADE NO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>99</b>
	JURACI MOURÃO LOPES FILHO	
1.	Introdução .....	99
2.	Por que “fatos constitucionais” devem ser verídicos?.....	101
3.	Fatos sociais como fontes do direito, “fatos valorativos” e “fatos interpretativos”: no que eles se diferenciam dos “fatos constitucionais” .....	104
4.	“Fatos constitucionais” se ligam a desacordos quanto às bases empíricas do direito e são objetos de juízos causais e não de juízos interpretativos.....	110
5.	Objetividade como exigência do estado democrático de direito .....	113
6.	As exigências de objetividade: organização das questões em debate e critérios para se definir o que fazer quando especialistas divergem.....	116
7.	Conclusões .....	119
8.	Referências bibliográficas.....	120

<b>5.</b>	<b>A CONCRETIZAÇÃO DO CONTROLE ABSTRATO: UMA REVOLUÇÃO SILENCIOSA.....</b>	<b>121</b>
	SAMUEL SALES FONTELES	
1.	Introdução.....	121
2.	Os dogmas de um controle de constitucionalidade absorto, indiferente à realidade, em oposição a um controle que pisa em terra firme .....	122
3.	Uma história contada pela metade.....	126
4.	O Giro Fenomênico .....	129
4.1.	O marco da admissibilidade da impugnação das leis de efeito concreto, no controle abstrato.....	130
4.2.	A LINDB exige a consideração de fatos por ocasião da atividade decisória.....	131
4.3.	A Teoria do Impacto Desproporcional impõe a cognição factual .....	132
4.4.	O controle de constitucionalidade dos fatos legislativos ou prognoses do legislador exige acurada análise factual .....	134
4.5.	Uma Hermenêutica constitucional que considera problemas concretos não tem uma interface compatível com a aferição da constitucionalidade de uma lei “em tese” .....	137
4.6.	O subfenômeno da estruturalização das causas julgadas pelo STF exige o exame dos fatos.....	138
4.7.	A conciliação em ações do controle abstrato .....	139
5.	Conclusão .....	139
6.	Referências bibliográficas .....	141
<b>6.</b>	<b>FATOS LITIGIOSOS, FATOS CONSTITUCIONAIS E PRECEDENTES: NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A ATUAÇÃO DO STJ ENQUANTO CORTE SUPREMA.....</b>	<b>143</b>
	FABIANO DA ROSA TESOLIN E JOÃO PIRES DE CARVALHO JUNIOR	
1.	Introdução.....	143
2.	A competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça, ontem e hoje ...	145
3.	Precedentes e a relevância dos fatos litigiosos .....	151
4.	Fatos constitucionais: uma nova perspectiva de atuação do Superior Tribunal de Justiça .....	157
5.	Conclusão .....	159
6.	Referências bibliográficas.....	160
<b>7.</b>	<b>FATOS CONSTITUCIONAIS EM CORTES CONSTITUCIONAIS ESTADUAIS: UMA DISCUSSÃO SOBRE O CENÁRIO BRASILEIRO .....</b>	<b>161</b>
	CAROLINA FONTES VIEIRA	
1.	Introdução.....	161
2.	O sistema federativo brasileiro .....	163

3.	Cortes Constitucionais Estaduais .....	166
4.	O Estudo dos Fatos Constitucionais perante as Cortes Locais .....	169
5.	Afinal, por qual razão os fatos constitucionais importam? .....	175
6.	Conclusão .....	179
7.	Referências bibliográficas.....	179
<b>8.</b>	<b>CORTES CONSTITUCIONAIS E DEMOCRACIA: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988 .....</b>	<b>183</b>
	Luiz Fux	
1.	Introdução.....	183
2.	As cortes constitucionais e o constitucionalismo global .....	185
3.	A experiência brasileira: o Supremo Tribunal Federal e a guarda da Constituição de 1988 .....	189
4.	Os limites do poder judicial: diálogos entre o Supremo Tribunal Federal e a sociedade.....	192
5.	Conclusão .....	195
6.	Referências bibliográficas.....	196
<b>9.</b>	<b>NÃO HÁ DIREITO CONSTITUCIONAL SEM FATO: REFLEXÕES SOBRE A ALEGADA “ABSTRAÇÃO” NO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>199</b>
	BENEDITO CEREZZO PEREIRA FILHO, DANIELA MARQUES DE MORAES E RODRIGO NERY	
1.	Introdução.....	200
2.	Fato e direito no controle “abstrato” de constitucionalidade: o mito da distinção .....	201
3.	O que significa ser abstrato? Por uma perspectiva procedimental.....	203
4.	As decisões do Supremo Tribunal Federal (e também dos Tribunais Estaduais, cada um em seu limite territorial) repercutem de forma marcante na sociedade, não somente residindo no âmbito da suposta abstração constitucional.....	204
5.	Alguns exemplos recentes que evidenciam a proliferação da noção fática dos debates constitucionais no âmbito do controle concentrado .....	205
5.1.	Os diálogos constitucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Parlamento .....	205
5.2.	A realização de acordos no âmbito de litígios constitucionais .....	206
5.3.	A modulação de efeitos como prática constante .....	207
6.	Considerações finais .....	208
7.	Referências bibliográficas.....	208

## PARTE II

### DISCUSSÃO DOS FATOS NAS CORTES

<b>10. O <i>AMICUS CURIAE</i> ESPECIALISTA NO PROCESSO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>213</b>
SÉRGIO CRUZ ARENHART	
1. O processo constitucional e suas especificidades .....	213
2. Quem é esse <i>amicus curiae</i> ? .....	214
3. O estado da ciência e a manifestação de especialista .....	219
4. A produção do depoimento de especialista no processo constitucional .....	221
5. Depoimentos de especialistas e pseudo-ciências .....	222
6. Acareação entre especialistas .....	225
6.1. A acareação de especialistas em outros sistemas jurídicos .....	225
6.2. A acareação de especialistas no direito brasileiro .....	227
7. Apoio técnico para a solução de questões jurídicas .....	228
8. Referências bibliográficas .....	229
 <b>11. A CONTRIBUIÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i> PARA O ENFRENTAMENTO DE FATOS CONSTITUCIONAIS MORAIS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....</b>	 <b>231</b>
JULIANA MELAZZI ANDRADE	
1. Introdução .....	231
2. Fatos constitucionais .....	232
2.1. O que são os fatos constitucionais .....	232
2.2. Fatos constitucionais morais .....	233
3. Declaração de não decisão pelo Poder Judiciário e a necessidade de amadurecimento do debate público .....	235
4. A contribuição dos <i>amici curiae</i> para o julgamento de fatos constitucionais morais no Supremo Tribunal Federal .....	238
4.1. Diálogo institucional entre Poder Judiciário e Poder Legislativo antes de decidir .....	238
4.2. A intervenção dos <i>amici curiae</i> nos processos judiciais .....	244
4.3. Contribuição dos <i>amici curiae</i> para a discussão de fatos constitucionais morais: a intervenção é suficiente para que o Judiciário deva decidir? .....	247
5. Conclusões .....	254
6. Referências bibliográficas .....	255

<b>12. COMO OS FATOS CONSTITUCIONAIS SÃO APRECIADOS? – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E <i>DE FACTO CLASS ACTION</i></b> .....	<b>259</b>
GUSTAVO OSNA	
1. Premissa: os (Inevitáveis) “Fatos Constitucionais” .....	259
2. Problema: Quem Debate ou Comprova os “Fatos Constitucionais”? .....	262
3. Proposta: o Controle de Constitucionalidade como <i>de Facto Class Actions</i> .....	265
4. Referências bibliográficas .....	271
<b>13. FATOS CONSTITUCIONAIS: RELEVÂNCIA, DISPUTAS INTERPRETATIVAS E PROVA</b> .....	<b>275</b>
JOSÉ ARTHUR CASTILLO DE MACEDO E THAÍS AMOROSO PASCHOAL	
1. Introdução .....	275
2. Fatos constitucionais, segundo Marinoni .....	278
3. Transformações da jurisdição constitucional: fatos e legislador negativo .....	280
4. Provas e fatos constitucionais: possibilidades e limites .....	287
4.1. A regulamentação da prova no controle concentrado de constitucionalidade: as (singelas) previsões das Leis 9.868/99 e 9.882/99.....	287
4.2. A prova no processo constitucional .....	289
4.2.1. Os fatos, a prova documental, e o aporte de informações.....	290
4.2.2. Os fatos técnicos e a imprescindibilidade de prova técnica .....	292
5. Considerações finais .....	294
6. Referências bibliográficas .....	298
<b>14. FATOS CONSTITUCIONAIS, PROCESSO ESTRUTURAL E DUPLO DESAFIO: O DIÁLOGO COM OS GRUPOS ENVOLVIDOS E A INFORMAÇÃO SOBRE A REALIDADE VIOLADORA DE DIREITOS</b> .....	<b>303</b>
MIGUEL GUALANO DE GODOY E RAFAELLA BACELLAR MARQUES	
1. Introdução: fatos constitucionais, processo estrutural e STF .....	303
2. Os fatos constitucionais: a categoria e a fundamentação .....	304
3. Audiências públicas e <i>amici curiae</i> .....	307
4. O erro da interpretação dos fatos constitucionais e a crítica feita por Luiz Guilherme Marinoni: a figura do especialista.....	312
5. Os processos estruturais e a importância da participação .....	314
6. Como encarar os fatos constitucionais na jurisdição do STF daqui para a frente? .....	320
7. Conclusão .....	323
8. Referências bibliográficas.....	323

<b>15. O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE REFORMAS ESTRUTURAIS: A EXPERIÊNCIA DO STF .....</b>	<b>327</b>
MATHEUS CASIMIRO, EDUARDA PEIXOTO DA CUNHA FRANÇA E FLAVIANNE FERNANDA BITENCOURT NÓBREGA	
1. Introdução.....	328
2. A importância do monitoramento em processos estruturais.....	329
3. A fase de construção e os critérios para avaliar um plano de ação.....	333
4. A fase de implementação e as técnicas de monitoramento.....	337
5. Considerações finais .....	346
6. Referências bibliográficas.....	347
<b>16. O MITO DE JANO E O PROCESSO ESTRUTURAL: PASSADO E FUTURO NA RELAÇÃO ENTRE SISTEMA DE JUSTIÇA E LITÍGIOS COMPLEXOS.....</b>	<b>351</b>
MARCO FÉLIX JOBIM E JOAQUIM RIBEIRO DE SOUZA JUNIOR	
1. Introdução.....	352
2. O fogo de Prometeu: origem e " <i>leading cases</i> ".....	352
2.1. Dred Scott v. Sandford .....	353
2.2. Plessy v. Ferguson .....	355
2.3. Brown v. Board of Education of Topeka .....	356
3. O fio de Ariadne e a travessia do labirinto: a doutrina de Owen Fiss.....	362
3.1. A ausência de uma sociologia .....	364
3.2. A existência única de fins privados .....	364
3.3. A harmonia natural.....	364
3.4. O isolamento do Poder Judiciário .....	365
4. As cordas que contiveram Ulisses: processo estrutural do porvir e premissas de moderação .....	366
4.1. Reconhecimento do caráter estrutural.....	368
4.2. Diagnóstico do problema estrutural.....	368
4.3. Participação ampla dos grupos afetados .....	368
4.4. Atenção às capacidades institucionais e aos limites orçamentários...	369
4.5. Definição de metas e indicadores .....	369
4.6. Possibilidade de revisão e atualização contínua do plano.....	369
4.7. Geração de valor compartilhado mediante o engajamento de todos os sujeitos interessados.....	370
4.8. Minimalismo judicial .....	370
4.9. Diálogos institucionais.....	371
4.10. Flexibilidade e segurança jurídica .....	372
5. Considerações finais .....	372
6. Referências bibliográficas.....	373

<b>17. DELIBERAÇÃO SOBRE FATOS NO PROCESSO CONSTITUCIONAL: A FUNÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E DE CONTEXTUALIZAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....</b>	<b>377</b>
ANDRÉ RUFINO DO VALE	
1. Introdução.....	377
2. A importância dos fatos nas deliberações dos Tribunais Constitucionais.....	378
3. Amplitude informativa e cognitiva sobre fatos nas deliberações dos Tribunais Constitucionais.....	384
4. Deliberações sobre fatos: o papel das audiências de conciliação e de contextualização no Supremo Tribunal Federal.....	386
4.1. O atual fenômeno das audiências de conciliação no STF .....	386
4.2. Consensualidade .....	387
4.3. Audiências de contextualização .....	389
4.4. Ampliação informativa e cognitiva das deliberações sobre fatos.....	391
4.5. Críticas às audiências de conciliação: negociação sobre constitucionalidade e direitos?.....	392
5. Conclusões .....	396
6. Referências bibliográficas.....	397
<b>18. FATOS CONSTITUCIONAIS E ACORDOS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL...</b>	<b>399</b>
TRÍCIA NAVARRO	
1. Introdução.....	399
2. A evolução do diálogo e da consensualidade no STF .....	400
3. Fatos constitucionais e autocomposição no STF .....	401
4. Acordos como fatos constitucionais processuais .....	407
5. Conclusão .....	408
6. Referências bibliográficas.....	408
<b>19. CONHECIMENTO LEIGO E CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO NO IRDR: HÁ RAZÕES PARA SERMOS IGNORANTES? .....</b>	<b>411</b>
VITOR DE PAULA RAMOS	
1. Introdução.....	412
2. O conhecimento leigo e o conhecimento técnico-científico na epistemologia e no direito .....	412
2.1. Os fatores que aumentam a qualidade da busca do conhecimento. A maior completude tendencial e os conhecimentos que já temos como fatores de aumento de qualidade da corroboração de conhecimentos.....	412
2.2. O conhecimento técnico-científico e sua compartimentação: impossível a cada um de nós saber aquilo que entre todos sabemos .....	414



2.3.	Do papel do Estado de providenciar a tomada de decisões com conjuntos probatórios mais completos e, quando relevante, com conhecimento técnico-científico incorporado .....	415
2.4.	Do direito fundamental à participação nos procedimentos, do direito de influir nas decisões do Estado e do direito a requerer provas ou diligências.....	417
3.	IRDR e os fatos .....	419
3.1.	O IRDR não tem como objeto o debate direto sobre fatos de um caso concreto, mas não pode ignorar conhecimentos existentes .....	419
3.2.	O dever dos tribunais de diligenciar e/ou deferir diligências para a tomada de decisões tendencialmente melhores.....	421
3.3.	O direito de participar no IRDR como direito de influência e, consequentemente, como o direito de requerer e ter deferida a realização de diligências relevantes para a tomada de decisões tendencialmente melhores .....	422
4.	Conclusão .....	423
5.	Referências bibliográficas.....	423

### **PARTE III**

### **DIALOGANDO COM OS CASOS**

<b>20.</b>	<b>SOBRE CASOS E TESES .....</b>	<b>429</b>
	LUIZ EDSON FACHIN	
1.	Nota prévia .....	429
2.	Introdução.....	430
3.	Limites e possibilidade do conceito e da prática da dignidade da pessoa humana .....	430
4.	Casos e julgamentos .....	432
5.	Concluindo o ensaio.....	435
<b>21.</b>	<b>LIMITES COGNITIVOS E MORAIS DA PROGNÓSE LEGISLATIVA: O CASO DA USINA NUCLEAR SNR-300 NA ALEMANHA (BVERFGE 49, 89 – KALKAR I) .....</b>	<b>437</b>
	JORGE OCTÁVIO LAVOCAT GALVÃO E LEONARDO MUHAMMAD LUZENTE PAULO	
1.	Controle de constitucionalidade baseado em evidências: um concurso de sabedoria entre legislativo e judiciário .....	437
2.	A controvérsia no caso da usina nuclear SNR-300 .....	441
3.	Conclusões críticas sobre limites cognitivos e morais da prognose legislativa .....	445
4.	Referências bibliográficas.....	451

<b>22. OS FATOS CONSTITUCIONAIS E A INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL POR VÍCIO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA: SUPERANDO PREMISSAS NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE (PARTE 1).....</b>	<b>453</b>
FELIPE DELLÊ	
1. Introdução.....	453
2. Os fatos constitucionais e o sistema de precedentes: nos precedentes se analisam fatos.....	455
3. Inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa: entre os fatos constitucionais e o contraditório.....	458
3.1. Telecomunicações e a competência privativa da União .....	460
3.2. Cadastro de pessoas que utilizam drogas e o cadastro de pessoas condenadas por pedofilia ou violência contra a mulher .....	461
3.3. O uso da linguagem neutra nas escolas.....	462
4. Superando as premissas no controle de constitucionalidade: os fatos constitucionais e o contraditório como elementos fundamentais para definir os vícios de inconstitucionalidade formal .....	462
5. Referências bibliográficas.....	463
<b>23. A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E A CONSIDERAÇÃO DA DIMENSÃO FÁTICA NO PROCESSO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>465</b>
JOÃO COSTA-NETO E FELLIPE MATHEUS DA CUNHA	
1. Introdução.....	465
2. Os fatos como pressuposto das mutações constitucionais .....	467
3. O papel do Supremo Tribunal Federal no reconhecimento das mutações constitucionais .....	471
4. Caso de mutação constitucional reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.....	473
5. Conclusão .....	476
6. Referências bibliográficas.....	477
<b>24. OS FATOS CONSTITUCIONAIS E AS RECLAMAÇÕES NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....</b>	<b>479</b>
OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ	
1. Considerações iniciais .....	479
2. A importância da reclamação desde a sua origem.....	480
3. A evolução da reclamação – a ampla utilização nos dias atuais.....	483
4. A reclamação enquanto instrumento de concretização e especificação das decisões em controle de constitucionalidade e precedentes.....	488
5. Referências bibliográficas.....	489

<b>25. PROIBIDO SER MULHER: A QUESTÃO DO GÊNERO NA DESQUALIFICAÇÃO DA VÍTIMA E O CASO BARBOSA DE SOUZA VS. BRASIL .....</b>	<b>493</b>
MELINA GIRARDI FACHIN E CATARINA MENDES VALENTE RAMOS	
1. Introdução .....	493
2. A tese da legítima defesa da honra em caso de feminicídios e a descredibilização de vítimas de violência sexual .....	495
3. O caso Márcia Barbosa e a violência estrutural contra a mulher .....	500
4. A importância do olhar multinível e interseccional .....	505
5. Conclusão .....	509
6. Referências bibliográficas.....	509
<b>26. FATOS (IN)CONSTITUCIONAIS E O DEVER DE JULGAR DE ACORDO COM O MELHOR CONHECIMENTO CIENTÍFICO DISPONÍVEL: UM OLHAR SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DO DIREITO AMBIENTAL E CLIMÁTICO .....</b>	<b>513</b>
INGO WOLFGANG SARLET E TIAGO FENSTERSEIFER	
1. Introdução .....	513
2. A ciência e o (melhor) conhecimento científico como fonte do direito ambiental e climático .....	515
3. Dos deveres de proteção ecológica do Estado aos deveres de tomar decisões fundamentadas em <i>standards</i> , normas e critérios científicos e técnicos e nos princípios da precaução e da prevenção .....	522
4. Considerações finais .....	529
5. Referências bibliográficas.....	530
<b>27. FATO CONSTITUCIONAL: NOTA BREVE AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.017.365/SC .....</b>	<b>533</b>
CLAYTON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO E FERNANDA LISSA FUJIWARA HOMMA	
Referências bibliográficas.....	537